



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

31/01/2011

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. FORAGIDOS.....	1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CARTÓRIOS.....	4
2.2. HOMENAGEM.....	5
2.3. PRESIDENTE.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PRESIDENTE.....	7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. INSTITUCIONAL.....	8
4.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	9 - 12

MIGUELAGEM
FALSO ADVOGADO
ENGANOU 203
PESSOAS NA CAPITAL

POLÍCIA 2

▶ CHARLATÃO

APLICANDO "MIGUÉ"

Falso advogado que agia na capital enrolou 203 pessoas, segundo registro de ocorrência da polícia. Usando nomes falsos, ele frequentava fóruns e deu golpe que pode ultrapassar R\$ 60 mil

DOUGLAS CUNHA

Exatas 203 pessoas já buscaram a Delegacia Especial da Cidade Operária para denunciar um homem que se passava por advogado, usando três registros falsos. Ele usava dois nomes: Júlio César Sarmiento (OAB de São Paulo 14.668) e Júlio César Santana (OAB Maranhão 12.359) – ambos registros fictícios. O golpista foi descoberto em setembro passado. Ele fugiu e até hoje a polícia não o encontrou.

Quando começou a dar os golpes, ele se instalou no São Francisco. Tinha, inclusive, uma secretária. Atendia pendências judiciais normalmente. Após algum tempo, abandonou o escritório e fugiu. Mudou-se para o Jardim

América. Ficava na Avenida Principal.

O falso advogado atendia muitos moradores do bairro. Com alguns, inclusive, construiu relação de amizade. Ele chegou a ter 31 processos em seu nome na comarca de São Luís. Tinha trânsito em vários órgãos do Judiciário e chegou a acompanhar "clientes" em audiências nas varas dos fóruns judiciais de capital, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, na Delegacia da Cidade Operária e no 6º Batalhão da Polícia Militar. Num dos casos, apresentou-se como advogado e capitão reformado do Exército Brasileiro. Dentro do Batalhão, chegou a prestar continência a um comandante.

O delegado Ednaldo Santos, titular da Delegacia Especial da Cidade Operária, encontra dificuldade em investigar o caso. A polícia quer pedir a prisão preventiva do acusado. Mas, apesar das dezenas de denúncias, ninguém sabe o verdadeiro nome dele. Caso seja preso, ele responderá pelos crimes de falsidade ideológica, estelionato e responsabilidade pessoal.

KARLOS GERÔMY/AQUI-MA/D.A.PRESS



Funcionários enganados

O **Aqui-MA** conversou com um estudante de Direito que trabalhava com o golpista. E também com Suely Campos, uma de suas secretárias. Emerson Diego Ferreira conta que "Júlio César" agia com desenvoltura em fóruns e chegou a ganhar muitas causas. Diego também sofreu um golpe. Ele pegou quatro livros de Direito na faculdade e emprestou para o chefe. O falsário fugiu com os

livros. Diego ficou com a dívida. Suely também conviveu de perto com Júlio César. Ela começou distribuindo panfletos sobre o escritório do falso advogado. Depois tornou-se secretária. Ganhava R\$ 600 por mês. Mas só recebeu o primeiro salário. Em 7 de dezembro ele fugiu e ela nunca mais o viu. "Ninguém desconfiava de suas mentiras porque ele tinha muito acesso nos tribunais", afirmou.

Principais golpes aplicados pelo falso advogado

Atuou num crime de homicídio. A vítima era o presidente da Colônia de Pescadores de São Bento, José Carlos Arouche Soares, morto a tiros no dia 7 de setembro de 2003, em São Bento. O golpista atuou como advogado de defesa dos três acusados. Durante o processo, chegou a ganhar R\$ 60 mil de honorários.

O "Doutor Júlio César" é comunicativo, tem um grande poder de persuasão e faz amizades com muita facilidade. Num desses casos, convenceu um cliente a comprar um carro para que o estelionatário usasse. O golpista prometeu pagar as prestações. Quando seus golpes foram descobertos, ele fugiu usando o carro.

Tabelionatos

A Corregedoria Geral da Justiça realizará audiências públicas em 3 de fevereiro – às 9h e às 9h30 - para definir a ordem de preenchimento de seis serventias extrajudiciais vagas em São Luís.

São quatro tabelionatos de notas, um tabelionato de protestos e um ofício de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas.

As vagas serão preenchidas por concurso público e a ordem será estabelecida por sorteio.

EMAIS

- **O corregedor-geral** da Justiça, desembargador Guerreiro Jr., foi agraciado, sexta-feira, com Medalha do Mérito da Escola Superior da Magistratura do Maranhão.
- **Para** quem não sabe, a Medalha do Mérito da Escola Superior da Magistratura é concedida a personalidades que contribuem para o estudo do Direito.
- **A partir** de hoje, o 6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo passa a funcionar na Rua Raimundo Correa, 46, Monte Castelo, com o fone 3243-2031.

Positivo

O presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, considerou positiva a visita do conselheiro do CNJ, Leomar Amorim, para o fortalecimento do relacionamento institucional.

Na ocasião, Gedeon falou dos investimentos que estão sendo feitos na informatização e modernização do Judiciário.

- Temos feito inúmeros investimentos visando garantir melhorias significativas no Judiciário do Maranhão, especialmente na Justiça de 1º Grau – disse o presidente.



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Jamil Gedeon, recebeu, do desembargador Cleones Cunha, um exemplar do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, lançado sexta-feira, na Escola de Magistratura do Maranhão, na solenidade de entrega da Medalha do Mérito Acadêmico. Ainda no registro o desembargador Lourival Serejo (E)

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Normas de organização judiciária

Magistrados, advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos, servidores do Judiciário e estudantes de Direito já podem dispor da publicação mais recente das normas de desenvolvimento e aplicação dos procedimentos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), atualizadas até dezembro de 2010.

Trata-se da 4ª edição revisada e atualizada do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão - Lei Complementar nº 14/91, de 17 de dezembro de 1991 - um instrumento normativo do Poder Judiciário maranhense, lançado pelo desembargador Cleones Cunha na última sexta-feira (28/1), na Escola de Magistratura do Maranhão, durante a solenidade de entrega da Medalha do Mérito Acadêmico ESMAM ao presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e outras autoridades do Poder Judiciário.

A obra traz - além do próprio Código - o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Judiciário, a relação de todas as comarcas e termos judiciários, dos magistrados de 1º grau e fóruns com seus respectivos endereços e telefones. Além da nova lei de custas e emolumentos com a nova tabela de custas reajustada no final de 2010, a publicação traz também a Lei nº 326, de 30 de dezembro de 2010, que criou a gratificação judiciária.

A exemplo das edições anteriores, o livro mantém a meta de trazer aos operadores do Direito a legislação mais atualizada possível do Poder Judiciário do Maranhão, vez que, com o tempo, a realidade do mencionado Poder muda regularmente, o que exige que se atualize os princípios ali definidos, ganhando com isso não só a magistratura, como também a advocacia, o Ministério Público e a própria sociedade.

Com mais de 400 páginas, o livro - que organiza num só instrumento legislativo as normas relativas ao Judiciário - traz notas a respeito dos assuntos mais importantes do Código e um índice temático para facilitar a consulta. As normas de organização judiciária são aquelas que regulam o funcionamento e a estrutura do Poder Judiciário.

A publicação contém inovações, as quais devem ser assimiladas não só por profissionais que participam do cotidiano forense, como também por aqueles que fazem concursos públicos para o Judiciário, quando sempre é solicitado dos candidatos conhecimentos sobre a matéria.

Considerando que muitas foram as alterações ocorridas na Lei Complementar nº 14/91, não existe nenhuma obra de tamanha magnitude que aborde a tema de forma verdadeiramente atualizada. Desde quando foi instituído, o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão foi alterado por 39 leis

complementares. A primeira alteração foi feita pela Lei Complementar nº 16, de 15 de dezembro de 1992 e a última com a Lei Complementar nº 133, de 30 de dezembro de 2010.

Como diz o próprio desembargador Cleones Cunha, "as alterações sofridas pelo Código de Divisão e Organização Judiciárias nos últimos 20 anos refletem exatamente as necessidades do Poder Judiciário do Maranhão no atendimento dos reclamos da população que bate as suas portas em busca da Justiça". O Código é o retrato do Poder Judiciário e mostra como ele se apresenta para bem servir a sociedade maranhense.

Para o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon - a quem coube a missão de fazer a apresentação da obra - "a publicação, de forma compacta, proporciona ao leitor a facilidade de compreensão do conjunto, como se fosse uma única produção legislativa, sem prejuízo da boa técnica".

Segundo Jamil Gedeon, "nota-se, nitidamente, que a preocupação do desembargador Cleones Cunha na árdua tarefa de sistematização, consolidação e, ao mesmo tempo de integração legislativa a que se entregou - o que por certo lhe exigiu não apenas conhecimento, mas também e principalmente espírito público - foi produzir uma obra que facilitasse a vida dos operadores do Direito, dando unidade ao que poderia ser um verdadeiro amontoado de leis".

No entendimento do presidente do TJMA, "trata-se de um trabalho científico, que atenderá aos anseios de tantos quantos necessitem consultar a publicação, quer no estudo da organização judiciária, quer na árdua atividade de sujeito processual ou de representante deste".

Ex-presidente da Escola de Magistratura do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha tem outros livros publicados, entre eles, "O Poder Judiciário do Maranhão - Subsídios para a História do Recrutamento de Juizes e da Organização Judiciária"; "Concurso da Magistratura Maranhense"; "Efeitos Civis do Casamento Religioso no Brasil"; e "Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão - Organização, Notas e Índice Remissivo".

A 4ª edição do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão traz o selo da ESMAM e pode ser adquirida pelos profissionais da área jurídica na Livraria Universitária.

"Fantástico" flagra descaso em delegacias do Maranhão

Em reportagem especial veiculada ontem à noite, o programa "Fantástico" da Rede Globo enfocou o caos nas delegacias do Brasil. O Maranhão foi enfocado dentre os estados onde há des-

caso, falta de estrutura e tratamento desumano dispensado aos presos. A reportagem mostra que no interior do Maranhão, a "jaula" para seres humanos fica em uma delegacia. **ÚLTIMA PÁGINA**



Situação degradante de delegacias é enfocada no "Fantástico"

"Fantástico" flagra descaso em delegacias do Maranhão

Em reportagem especial veiculada ontem à noite, o programa "Fantástico" da Rede Globo enfocou o caos nas delegacias do Brasil. O Maranhão foi focado dentre os estados onde há descaso, falta de estrutura e tratamento desumano dispensado aos presos. A reportagem mostra que no interior do Maranhão, a "jaula" para seres humanos fica em uma delegacia.

"Ela é destinada ao banho de sol e ao encontro de visitantes. Mas, na verdade, funciona como um depósito para colocar presos", explica o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão, Amon Jessen.

Já no Maranhão, uma delegacia fica em Miranda do Norte, com 24 mil habitantes. Um cenário de total abandono.

Às 17h não tem nenhum policial civil. Toda vez que tem alguma ocorrência na cidade, o investigador precisa sair da delegacia e fechar as portas. E, mesmo se houvesse policial no prédio, o atendimento seria precário. O computador não funciona. Na verdade, só existe o monitor, que não tem mais nada. E o local tem muita sujeira.

Há 27 presos no local. A quantidade de mosquito, de sujeira é grande. O cheiro é muito forte. Os detentos, entre eles assassinos e assaltantes, só não fogem porque não querem. No local deveria haver cadeados, mas não tem. Tem só em um lugar. É possível ver que não é um cadeado reforçado.

Outra carceragem fica na delegacia de Santa Inês - cidade maranhense de 78 mil habitantes. Na parede, o aviso: "bem-vindo ao inferno". Homens e mulheres cumprem pena no mesmo prédio. Elas ficam em uma sala improvisada como cela. Como não há banheiro, as mulheres usam um balde.

"As delegacias de policia servem apenas de depósito de pessoas humanas e, infelizmente, geralmente, saem piores do que entraram", confessa Walter Nunes, do Conselho Nacional de Justiça.

E o que dizer quando o preso está do jeito que pode ser visto no vídeo? Fica na maior delegacia de Bacabal - cidade maranhense de 100 mil habitantes - a "jaula" mostrada no início dessa reportagem. Não tem água, não tem banheiro. Não tem teto e começa a chover. Sem opção, os presos ficam na chuva.

De manhã, os presos contam que o sofrimento durou a noite toda. "Agorinha, eu rezei para não chover mais. Se cair outra chuva aqui, Ave Maria, nós estamos mortos", conta um preso, que não tem previsão de ir embora. "É realmente uma situação que não é típica, que não deve ser constante e que realmente a gente precisa ver o que está acontecendo", explica o secretário de Segurança do Maranhão, Aluísio Mendes.

Segundo o Ministério da Justiça, cerca de 57 mil detentos em delegacias em todo o país. O Conselho Nacional de Justiça afirma:

distrito policial não é lugar de preso, e não só por causa da precariedade e do risco de fugas. "Na hora que tira o agente policial para guardar ou dar a guarda para pessoas que estão recolhidas, você inibe ou prejudica essa atividade investigatória", conta Walter Nunes, do Conselho Nacional de Justiça.

A delegacia de Bacabal, onde a "jaula" foi encontrada, abriga outros 30 presos. A falta de higiene é tanta que os funcionários dizem criar uma jibóia, para que ela coma os ratos do local. Em um ambiente assim, como será o atendimento à população?

Ao ligar no telefone da delegacia, não funciona. Nem linha tem. "Não existe o atendimento, não existe a investigação. Às vezes, a policia consegue prender em situações ocasionais", diz o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Maranhão, Amon Jessen.

Elson da Silva, de nove anos, está desaparecido desde dezembro de 2009. A família mora em uma comunidade isolada no oeste do Maranhão. Um suspeito chegou a ser preso, mas o caso foi arquivado, sem solução. "O que eles dizem é que não podem fazer nada. Porque não têm prova. Tinha que ter ido atrás dessas provas no início, no começo", diz a mãe de Elson, Solange Machado.

Um delegado foi o primeiro a investigar o desaparecimento. Sem saber que a conversa era gravada, tentou se explicar: "A nossa viatura não tinha condições de deslocamento, porque a gente tem uma viatura aqui que só transita dentro da cidade porque ela não tem condições de viagem".

Buriticupu tem 65 mil habitantes. Em 2007, a delegacia foi queimada em um protesto. Em 2011, um novo prédio deve ser inaugurado. Por enquanto, o distrito policial funciona em uma casa improvisada. Às 14h, a delegacia de Buriticupu está fechada. Não tem ninguém.

A consequência da falta de policiais está por todo lado. O repórter pergunta se lá se pode andar sem cinto. "É, por aqui todo mundo anda", conta um motorista. E, quando o repórter pergunta o porquê de ninguém usar capacete, um motoqueiro responde: "Porque aqui não tem lei".

José Amaro, trabalhador rural, 46 anos, foi assassinado em março do ano passado. A sobrinha chegou a levar o corpo para a porta da delegacia. Mesmo assim, a polícia maranhense não registrou o boletim, nem começou as investigações.

Portanto, pelo menos no papel, José Amaro continua vivo. O repórter pergunta: "E eles falavam por que você não podia registrar?". "Porque eu só era a sobrinha. Precisava ser uma pessoa mais próxima da família", explica a sobrinha.

A polícia diz que, para legalizar a situação, a sobrinha teria que ir a um cartório que fica a mais de 500 quilômetros de dis-

tância. "Que justiça é essa? O momento que a gente mais precisa, não consegue", desabafa.

O lavrador Gilberto Lima, de 27 anos tem seis filhos e foi assassinado em junho de 2008, também no Maranhão. Em abril de 2009, a justiça decretou a prisão do suspeito de ser o mandante do crime: Adelson Araújo, um conhecido fazendeiro de Açailândia e patrão da vítima.

Gilberto estava com os salários atrasados, dizem os parentes. "Já tinha cobrado ele já umas três vezes e ele não pagava", conta o irmão da vítima. Mesmo com a ordem judicial, a polícia não fez nada. Foi a equipe de reportagem que encontrou Adelson Araújo. O fazendeiro suspeito de ser o mandante do crime mora em um bairro na cidade de Açailândia. É um senhor que pode ser visto no vídeo, de calça jeans e camisa branca e que está de costas para a equipe.

Em um bar ao lado da casa dele, Adelson Araújo dá risada, distribui cumprimentos. Segundo a Secretaria de Segurança, a prisão não foi cumprida porque a polícia espera desde julho do ano passado autorização judicial para prender mais 10 comparas do fazendeiro.

"Nós acreditamos que a prisão de apenas um membro da quadrilha vai complicar a apuração do crime em si", explica o secretário de segurança/MA, Aluísio Mendes.

Depois que o Fantástico informou a localização do fazendeiro para a Secretaria de Segurança e para o Tribunal de Justiça, todas as prisões foram decretadas em

um dia. Sexta passada, Adelson Araújo e os dois filhos dele finalmente foram presos. Eles também são acusados de envolvimento no assassinato de outro funcionário da família.

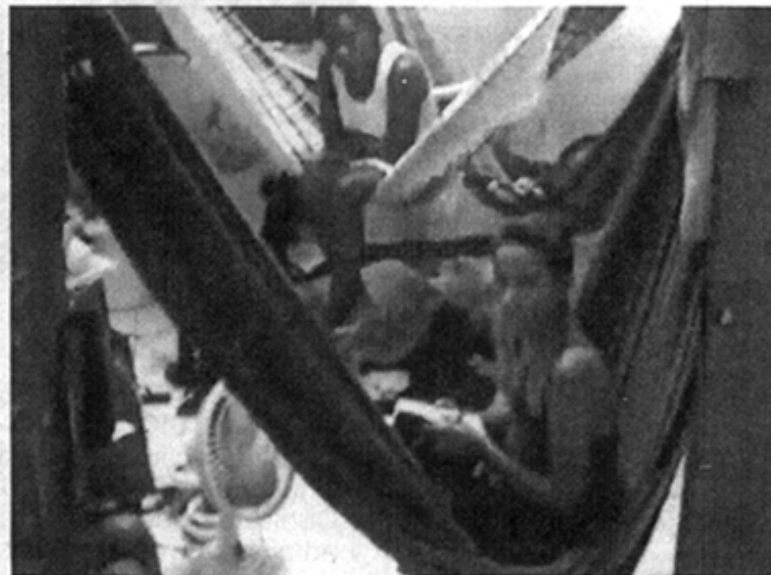
"Nessa região, qualquer passo que se dê na justiça é uma grande vitória. E isso claro que reflete na violência porque as pessoas também ficam com a sensação de impunidade", diz Nonnato Masson, da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Maranhão.

Durante a apuração desta reportagem, o Fantástico esteve em 21 delegacias. Foram flagrados mais de 150 presos em condições precárias. E 20 vítimas de crimes reclamaram da falta de atuação policial. Todos os casos foram repassados às autoridades. "A vítima está sempre em uma situação dolorosa. Ela tem que ser bem acolhida", completa Nonato Masson.

"É fundamental que o estado assuma de fato o seu papel que, na realidade, é proteger e zelar para que todo e qualquer cidadão tenha os seus direitos respeitados", diz Milton Teixeira, do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos do Maranhão.



Em sua passagem pelo Maranhão, equipe do "Fantástico" foi à Delegacia de Bacabal



Mulheres recebem tratamento desumano em uma das delegacias